

Este trabalho parte do seguinte ponto de vista: o autismo é um estado primitivo tanto ontogenética quanto filogeneticamente, limite entre o natural e o humano. É um estado contemporâneo à constituição do aparelho psíquico, pois este é autístico no tempo de sua constituição filogenética. Por isso, é possível dizer que o autismo é paradigma do aparelho psíquico.

Autismo, aparelho psíquico, narcisismo, auto-erotismo

AUTISM PARADIGM OF PSYCHIC APPARATUS

This work starts from the following point of view: autism is a primitive state, a limit between the natural and the human. It is a state that comes together with the constitution of the psychic apparatus since this is autistic in the time of its phylogenetic constitution. Therefore, it is possible to say that autism is a paradigm of the psychic apparatus.

Autism, psychic apparatus, narcissism, autoerotism

AUTISMO, PARADIGMA DO APARELHO PSÍQUICO¹

Manoel Tosta Berlinck

Na sala de atendimento, meus braços seguravam Mateus enquanto andávamos na escuridão. Apenas a luz de uma lanterna grudada em seu rosto era visível. Meus olhos se abriam com força na tentativa de enxergar algo. Com algum esforço continuo segurando-o e guiando-o. Meus braços começam a doer, e eu o solto. Ele cai como um bloco sobre o chão, como se não tivesse forças para segurar o peso do próprio corpo. Ao cair, seu corpo permanece duro, estático e apenas a lanterna, em seus olhos, parece existir para ele. Tento olhá-lo, mas o olho que não está na lanterna, vesgo, procura a luz que o mantém vivo. Chamo-o pelo nome, toco seu braço, mas nada parece substituir esse instante congelado entre seu corpo e o breve fecho luminoso. Mateus, que não ouve e não vê, parece não se importar com nada, desde que a luz não lhe seja roubada.

Lou Muniz Atem



de certa forma, surpreendente o interesse provocado pelo autismo. Afinal de contas, trata-se de uma doença rara, atingindo pouquíssimos humanos. Entretanto, os textos sobre essa manifestação psíquica multiplicam-se, e a bibliografia específica cresce nas mais diversas línguas.

Não só os especialistas, mas o público em geral parece estar interessado nessa figura sombria surgin-

■ Sociólogo, Psicanalista e Diretor do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da PUC-SP.

do, vez por outra, na tela do cinema e da televisão, balançando seu corpo de forma ritmada e silenciosa.

A curiosidade de todos a respeito dos sintomas das doenças, especialmente das mentais, é muito grande. Porém, no caso do autismo, a curiosidade não é compatível com a desprezível frequência dessa manifestação. Por isso, é legítimo pensar o desejo generalizado de conhecer o autismo como interesse sobre a enigmática natureza do psiquismo humano. E, de fato, a doença contém elementos que ensinam sobre o aparelho psíquico, sua constituição e seu funcionamento. Fédida (1992), por exemplo, observa que

“os progressos efetuados ... na psicoterapia das crianças autistas são marcados principalmente pela descoberta de estranhas semelhanças entre tal estado e as configurações semiológicas reconhecidas, especialmente durante tratamentos psicanalíticos, em adultos considerados neuróticos. De fato, não é raro constatar, no decorrer da fala narrativa ou mesmo associativa, a oposição de verdadeiras zonas autísticas que sugerem ao analista a imagem de um ‘buraco’ ou de um ‘enclave’, de um desmantelamento ou de uma ‘identificação adesiva’ ou, ainda, de outras imagens que vêm significar queda vertiginosa no interior do corpo, invaginação, a autodeglutição, reabsorção catastrófica etc. Tais fenômenos – que podem ser denominados ‘autísticos’, mesmo na ausência de comportamentos comparáveis aos de uma criança autista – apresentam como principal particularidade o fato de se encontrarem isolados de uma fala que possa descrevê-los, produzindo apenas imagens sensoriais experimentadas pelo analista de uma forma completamente diversa daquela que poderia ser chamada ‘metáforas’” (p.152).

Se, portanto, o autismo é doença rara, zonas autísticas em pacientes neuróticos são relativamente frequentes ampliando, então, sensivelmente, a incidência dessa manifestação no psiquismo. Nessa perspectiva, a compreensão do autismo muito ensina e enriquece a clínica psicoterapêutica.

Mas esses ensinamentos não são facilmente conquistados. Observa-se tão amplo critério de diagnóstico dessa doença, a ponto de alguns autores referirem-se a autismos (Rocha, 1997). As variedades diagnósticas, por sua vez, decorrem de diferentes metapsicologias e determinam, em grande parte, o sucesso ou o fracasso do tratamento. Assim, quando se define o autismo como doença neurológica incurável, extremamente rara, o resultado do tratamento está determinado. Quando há uma certa leniência diagnóstica e uma esperança de cura aí implícita, alguns tratamentos psicoterapêuticos dos assim chamados autistas apresentam resultados positivos (Fráguas, 1999).

Há, também, na literatura, uma clara tendência à apresentação de casos cujos tratamentos revelam resultados positivos, havendo grande pudor em apresentar os que fracassaram, pro-

porcionando, dessa forma, demanda de pensamento, já que sem catástrofe não há representação (Nestrovski, 2000).

Tendo em vista, então, o caráter altamente enigmático do autismo, especialmente em relação ao aparelho psíquico, cabe a pergunta a que este trabalho pretende responder: qual o lugar (*topos*) que o autismo ocupa em relação ao aparelho psíquico?

O problema assim formulado é relevante porque há quem afirme que o autismo é uma doença neurológica, geneticamente adquirida. Esta visão ignora a existência do psiquismo no humano e, por isso, não é o ponto do qual se pretende partir.

Por outro lado, há quem afirme que o autismo dá testemunho de uma ausência de aparelho psíquico, organização de brotações representativas que não encontram lugar (*topos*) nessa doença. Para esses autores, o aparelho psíquico seria o âmbito da subjetividade, e esta só se manifestaria pelo desejo. Este ponto de vista é o daqueles, como Rosolato (1999), que concebem o aparelho psíquico como o âmbito específico do desejo liberado do reducionismo que vê nele uma energia ou pulsão biológica – de vida e de morte – à margem dos mecanismos mentais e de sentido. Neste caso, trata-se de abordar o desejo na medida em que está fundamentalmente ligado às representações e às articulações dos significantes que conduzem ao sentido, tanto no pensamento como na linguagem. Este, também, não é o ponto de vista do qual se parte, ainda que seja necessário levar em consideração o estatuto do desejo no autismo, para se pensar o seu lugar em relação ao psiquismo.

Finalmente, também não se adota, aqui, o pressuposto de que o autismo é uma defesa psíquica, como são a neurose, a perversão e a psicose, que, como todas as defesas psíquicas, fun-

cionam segundo dinâmica regressiva. Laznik-Penot (1997), retomando Lacan, defende o ponto de vista segundo o qual o autismo apresenta uma *elisão* – mecanismo de defesa próprio ao sistema perceptivo, em que, por haver uma retirada maciça de investimento do mundo, a percepção de um objeto pode subitamente cessar, como se o objeto não existisse e nunca tivesse sido inscrito para a criança. A posição que este trabalho representa supõe que, de fato, o autismo parece um mecanismo de defesa, mas não é, por se tratar de um estado primitivo em que não há regressão.

Esta é a hipótese formulada também por Frances Tustin (1995), que em seu último trabalho, denominado “A perpetuação de um erro”, declara:

“... os estudos feitos com bebês por pesquisadores de muitos países ... mostraram, finalmente, que não há um estágio infantil normal no autismo primitivo para o qual o autismo infantil poderia ser uma regressão. Essa tem sido a hipótese da tendência principal, no que concerne à etiologia do autismo infantil, à qual muitos terapeutas psicanalíticos se subscreveram, especialmente nos Estados Unidos e na Europa. Essa hipótese defeituosa, baseada em premissas incompletas e inacabadas, tem sido como um vírus que penetrou e distorceu formulações clínicas e teóricas. Ela perpetuou essas distorções e obstruiu comunicações entre pesquisadores psicodinâmicos com crianças autistas. Obstruiu também a nossa comunicação com nossos colegas junguianos, por exemplo, com o dr. Michael Fordham, cujo modelo é o de um ‘eu primário’ que naturalmente se desenvolve (ou não, como no autismo) para alcançar e tomar o seu contorno” (p.63).

Tustin deixa de lado, portanto, a idéia de que o autismo contém uma regressão, para concebê-lo como primi-

tivo. Ora, essa concepção, imediatamente, remete a um limite entre um estado natural e outro, humano, que é tanto filogenético como ontogenético. Na perspectiva ontogenética é necessário dizer que crianças autistas são freqüentemente concebidas como “filhos naturais”, expressão que remete à autoctonia investigada por Antonio Ricardo Rodrigues da Silva. Nela, o autista seria a realização de desejo de se ter filho natural, membro dessa ordem que se opõe à cultura. O desejo por filho natural é expresso, em muitas culturas, por meio de mitos. Neste caso, a cultura não se constituiria em objeto do desejo, produzindo, assim, o autista, que permanece ligado à natureza, ou seja, a um mundo sem representação. Neste sentido, poder-se-ia dizer que a concepção formulada por Antonio Ricardo Rodrigues da Silva conteria uma repetição com componentes inovadores de uma outra, propriamente primitiva porque inaugural da espécie (Silva, 1997).

Na perspectiva filogenética, o autismo seria, então, um estado em que, por ser inaugural da espécie, não haveria regressão possível, a não ser que se observasse um retorno à animalidade. Mas, por mais animal que seja o humano – e é sempre bom lembrar que somos todos e sempre animais –, a espécie não admite um retorno ao pré-humano, nem mesmo no autismo.

Ora, se o autismo é primitivo, ele é contemporâneo da constituição do aparelho psíquico no humano. Há que se pensar, então, no aparelho psíquico como propriamente autístico no tempo de sua constituição filogenética e também como um aparelho que pode evoluir a partir dessa condição. A evolução do aparelho psíquico, por sua vez, não supõe desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de mutações e adaptações que vão tornando o sistema

imunológico psíquico cada vez mais complexo, sem se afastar, entretanto, do marco patológico; ou seja, o modo de existência deste aparelho é psicopatológico. Neste sentido, pode-se dizer, então, que o autismo é mutação coincidente com a constituição filogenética do psiquismo, que, por sua vez, se organiza segundo paradigma autístico. O autismo seria, portanto, paradigma do aparelho psíquico, na medida em que este é organização narcísica do vazio, ou seja, um aparelho cujo princípio de funcionamento seria o narcisismo entendido como um movimento libidinal em que a energia é retirada do objeto e se volta para o corpo em que foi originada.

O psiquismo, assim, é concebido como um complexo aparelho, parte do sistema imunológico, empenhado em proteger o humano tanto de ataques virulentos internos como externos ao seu próprio corpo. O aparelho psíquico é organização defensiva resultante de uma prolongada catástrofe ecológica que atinge a face da Terra e que pode ser chamada de “Era Glacial”, em que ocorre intenso movimento narcisista da libido.

O estado anterior à catástrofe, que pode ser denominado “nirvânico”, corresponde a uma normalidade ecênica sem desejo, regida pela satisfação e pela regularidade sexual. Com a catástrofe, o primata sofre avassaladoras mutações, transformando-se em humano. Assim, perde contato com o objeto de satisfação e com a regularidade sexual. O ambiente em que passa a viver deixa de ser extremamente rico e torna-se hostil. Em outras palavras, a evolução ulterior do hominídeo realiza-se sob a influência dos destinos geológicos da Terra e, especialmente, das aguras dos tempos glaciais, que exercem o estímulo para a evolução psíquica e cultural (Ferenczi, 1990; Freud, 1987).

Graças à catástrofe, à perda de contato com o objeto de satisfação e da regularidade sexual, o homínideo experimenta terror, dor, depressão, e só depois angústia. A dor é a manifestação mais atual e mais primitiva do humano, pois se trata de manifestação pela qual o humano se reconhece. Falar de dor no estado nirvânico é antropomorfizar o primata. Como se observa, por exemplo, em jacarés com dor de dente: o animal morre quando sofre dor, pois não possui qualquer defesa psíquica para essa manifestação. O humano, ao contrário, estabelece com a dor um complexo conjunto de relações erotizadas que o caracterizam como animal desta espécie. É graças à hostilidade do ambiente catastrófico que esse transforma-se em humano, sentindo dor (Berlinck, 1999b). O autista, por sua vez, possui peculiar relação com a dor e com a doença: raramente elas se manifestam em seu corpo, assim como o autista não apresenta sinais de angústia. O afeto característico do autismo é o terror, que não é antecedido por dor, depressão ou angústia (ainda que o terror, como a dor, seja manifestação muito primitiva de angústia). A gravidez à natureza, articulada à primitividade, dá testemunho da existência de um estado em que o psiquismo está se formando e, portanto, ainda não contém dor, depressão ou angústia, que incidem diretamente no corpo, mas contendo terror – afeto primeiro diante da catástrofe, em que nenhum outro recurso defensivo ainda pode se manifestar.

As perdas provocadas pela catástrofe ecológica – pela reviravolta ambiental que modifica as relações estruturadas entre as partes aí existentes – além de dor produzem depressão, ou seja, um estado de letargia, de lentificação, uma insensibilização da sensorialidade (Berlinck & Férida, 1999). O fenômeno-alvo psicopatológico visa-

do na letargia e, portanto, na depressão é a condição *vegetativo-vital* que é nosologicamente inespecífica (Bucher, 1979). Nela a intensidade das cores esmaece, assim como o claro-escuro, dando lugar a uma tonalidade cinza, sem contraste. Os cheiros param de ser percebidos, as texturas deixam de ser registradas, os sons ficam amortecidos e podem até desaparecer. O processo digestivo fica prejudicado, e o corpo passa a ficar pesado. Os movimentos corporais ficam lentos, os pés se arrastam. Em suma, o corpo penetra um estado de insensibilização da sensorialidade.

Não se pode dizer, porém, que o autista experimenta depressão. Para a ocorrência desse estado, é necessária uma sensorialidade não só de bordas e superfícies, mas também de abismos. A sensorialidade do autista é, no entanto, bidimensional e se manifesta por presença/ausência. Parece que se trata de uma sensorialidade primitiva, muito semelhante à de animais. A ausência do objeto não produz sensação de perda, essa mesma perda que lança o humano no abismo da depressão, nem suscita produção psíquica de imagens sucedâneas do objeto faltante. Tudo indica que essa sensorialidade de superfícies e bordas, bidimensional, constitui-se graças a um narcisismo igualmente primitivo em que não se observa força impelente visando ligações que têm representações como meta.

As ligações animais, tanto com outros animais como com o ambiente, sofrendo rupturas e rearranjos na catástrofe, são libidinais. No homínideo, um de seus movimentos libidinais é o que ocorre com o desligamento do objeto de satisfação e o retorno da energia para seu próprio corpo. Trata-se, então, de um narcisismo primeiro, de um narcisismo primitivo, que é anterior ao narcisismo primário, provocado pelo desejo

parental, e o narcisismo secundário, que é uma repetição do primitivo (Magalhães, 1985; Green, 1988).

Esse narcisismo primitivo é o responsável pela pulsão, entendida como força que não obedece mais ao instinto. Em outras palavras, é o desligamento do objeto que vai romper com o circuito da necessidade, regido pelo instinto, e vai inaugurar o circuito da pulsão, regido pelo prazer (Aulagnier, 1991; Leclaire, 1991, 1992).

As noções de narcisismo primitivo e de pulsão, fundamentais para se compreender a natureza do aparelho psíquico e do autismo, põem um problema que está implícito nessa dinâmica. Qual a natureza da força que produz os movimentos relacionais do primata antes mesmo do aparecimento da pulsão? A resposta é, à primeira vista, óbvia. A dinâmica do hominídeo antes do início da catástrofe seria regida pela necessidade de sobrevivência da espécie. A força regente seria, então, o instinto. Entretanto, no *Dicionário comentado do alemão de Freud*, Luiz Hanns (1996), ao pesquisar o campo semântico coberto pelo termo *Trieb*, comenta que

“... em alemão podem-se designar com a palavra *Trieb* diferentes dimensões e formas pelas quais as forças impelentes da Natureza podem se manifestar. Tais forças podem, esquematicamente, ser classificadas em quatro níveis de manifestação: da Natureza em geral, do Biológico nas Espécies, no Indivíduo da Espécie e para o Indivíduo. Cada nível também reproduz em si uma escala que conduz do mais geral ao mais específico.

Assim os *Triebe* podem referir-se às ‘grandes forças impulsionadoras’, algo semelhante a princípios universais que regem todo vivente. Visam a autopreservação, a reprodução etc.

Podem referir-se, ainda, à manifestação biológica dessas forças universais

nas espécies: as poderosas forças biológicas básicas (o ‘instinto’ de mamar, o gregarismo etc.).

Ainda dentro da esfera biológica, o termo serve para designar pulsões biológicas específicas (uma verdadeira miríade de ‘instintos’ do cotidiano, a tendência de tocar, chupar, morder etc.).

Também se utiliza o *Trieb* para aludir à manifestação da natureza no indivíduo como fenômeno fisiológico e somático (os estímulos, os reflexos, a energia circulante etc.), e, finalmente, para nomear a representação desse conjunto articulado, quando sentido no nível íntimo e singular pelo sujeito como ânsia, impulso e vontade.

Tal divisão esquemática é apenas uma tentativa de explicitar ao leitor não-alemão a polissemia do termo. No seu emprego psicanalítico, tais dimensões nem sempre podem ser mantidas em separado, entrelaçam-se e se manifestam de formas diversas. Entretanto, apesar de reformular repetidas vezes sua teoria pulsional e movimentar-se ao longo de todo esse arco de possibilidades que linguisticamente o termo alemão permite abarcar, Freud mantém-se, ao longo de toda a obra, próximo dos mencionados aspectos denotativos e conotativos de *Trieb*, algo indeterminado, poderoso, anterior ao instinto, algo que vem de alhures (impessoal, atemporal) e que põe o indivíduo em movimento.

Em nível mais geral, trata-se de uma força poderosa, indeterminada, atemporal, arcaica e própria do ser vivo. ... Essa energia propulsora de origem indeterminada, que jaz sob os numerosos pequenos instintos, é gerada, no nível do sujeito, conforme princípios que transcendem o indivíduo (pulsões de vida articuladas com princípios biológicos da espécie etc.), e o sujeita aos desígnios da biologia em geral. Neste sentido, pode-se dizer que a pulsão designa algo que é a própria base e con-

dição dos instintos específicos” (Hanns, 1996, pp.350-351).

Nessa perspectiva, a pulsão seria, então, anterior ao instinto; uma força indeterminada e atemporal que vai se moldando segundo as vicissitudes dos movimentos do hominídeo. Ora, a pulsão que move o instinto é a mesma que constitui a libido. Assim, a ruptura do instinto, regido pela necessidade, provocada pela catástrofe glacial, vai constituir a pulsão que está voltada para o prazer. Mas isso não quer dizer que a necessidade e o instinto desaparecem, pois, se assim fosse, a espécie já teria desaparecido num oceano de desprazer. A ruptura do circuito instintual em favor do circuito prazeroso não implica, portanto, uma descontinuidade radical. Tanto o instinto como o prazer são pulsionais, vale dizer, biológicos (*bios* = vida; *logos* = discurso, fala, lógica), corporais, próprios do hominídeo. Não há, pois, como pensar, aqui, num soma e numa psique. O aparelho psíquico é somático, eminentemente biológico, naturalista. Mesmo quando é âmbito das brotações representativas mais complexas, continua parte do sistema imunológico e, portanto, não revela nenhuma transcendência.

O problema que se põe com o narcisismo primitivo não é somente o da natureza biológica da pulsão. A retirada da libido do objeto perdido e o retorno para o próprio corpo ocorrem, na primeira vez, com uma imagem. Entretanto, é necessário especificar a natureza mesma dessa imagem, a mais primitiva que ocorre nos albores da humanidade do humano. Esta questão é pertinente, pois conforme for concebido o narcisismo primitivo, estará sendo determinada a natureza do aparelho psíquico.

O narcisismo primitivo supõe uma representação do estado natural do humano. Em outras palavras, a catás-

trofe produz a perda de contato com o objeto de satisfação e uma retração da libido para o próprio corpo que é vivida como terror, dor, depressão e angústia. Essas primeiras marcas no corpo, porém, não encontram um aparelho psíquico. Ao contrário, o narcisismo primitivo ocorre diretamente no corpo do hominídeo, sem uma intermediação psíquica e, se por um lado contribui decisivamente para a evolução do aparelho, concebido como organização narcísica do vazio, por outro produz angústia e conversão, que ocorrem diretamente no corpo, sem suporem, também, a existência de um psiquismo acabado que as contenha. Assim, só o retorno da libido desligada do objeto-ambiente de satisfação não é suficiente para produzir identificação. Para que isso ocorra, é necessária a presença do objeto-ambiente de satisfação no psiquismo, de maneira que o próprio corpo se molde segundo elementos formais dessa incorporação. Para que haja identificação, é necessário que o aparelho psíquico seja capaz de alucinar o objeto perdido, e isso só ocorre posteriormente. Primeiro é necessário que o humano atravesse o terror, a dor e a depressão provocados pela perda (Berlinck & Fédida, 1999). É nessa oportunidade, em que o humano encontra-se mergulhado no desamparo constitutivo da espécie, que se manifesta a função materna. Esta é produção da catástrofe, tal como o humano. A identificação mais primitiva, que se repete ontogeneticamente no estágio do espelho pertinentemente descrito e analisado por Lacan (1998), supõe uma teoria da função materna, que foi esboçada pelo próprio Lacan quando concebe o objeto *a*, causa do desejo. A função materna, assim conceitualizada, é uma presença da mãe ausente que se manifesta como causa do poder. É, assim, a fonte de poder que se inicia, no

humano, pela capacidade de constituir objetos Reais, Imaginários e Simbólicos. O poder possibilitado por esse objeto ausente que, na sua presença, assegura um ambiente propício para a constituição do desejo, do poder, é a função materna, isto é, o objeto que possui a capacidade do erotismo, de estabelecer Eros enquanto trabalho, no corpo do hominídeo, transformando-o no humano, neste ser com poder. A erotização ocorre no período anterior ao estágio do espelho e permite que o corpo erógeno sofra a ortopedia imaginária própria do momento analisado por Lacan. Essa ortopedia requer ligações entre as partes do corpo e é, com o apego, uma das primeiras manifestações do erotismo.

A teoria da função materna como fonte do humano, ser erótico com poder, supõe não só a ligação a objetos, mas a incorporação desses mesmos objetos no movimento próprio do narcisismo. Em outras palavras, a perda de contato com o objeto de satisfação significa a criação da função materna enquanto objeto *a*, uma das vicissitudes do narcisismo primitivo.

No autismo não se observa a presença de Eros, o poder próprio do humano em estabelecer ligações. Nele, a função materna dá lugar à autoctonia, ao filho natural, revelando a ausência do objeto *a*, causa do desejo. O autista tem genitora, mas não tem função materna: é filho natural. É isso que leva Fédida a escrever:

“... o déficit fundamental do auto-erotismo refere-se ao *fracasso* do outro no *autos* do auto-erotismo” (Fédida, 1992, p.157).

E acrescentar, mais adiante:

“... o autismo seria subtração de *Eros*, mas, correlativamente, excesso de *autos* funcionando de uma certa maneira, privado do movimento de *Eros*. Como se fosse preciso compreen-

der que o *autismo é um tautismo*, já que, como o *Eros* está ausente (ou derivado), *autos* é incapaz de encontrar forma através das formas que só poderão ser engendradas graças à circulação de *Eros*” (p.164).

As vicissitudes da passagem do estado nirvânico para o representacional, propriamente humano, põe, então, o problema da natureza da própria natureza. Em outras palavras, a natureza que se representa é uma natureza que faz parte da cultura. Quando se diz, por exemplo, que a Mata Atlântica faz parte da natureza e precisa ser preservada, formula-se uma concepção de natureza fazendo parte da cultura, porque possui representação. Há, porém, uma outra natureza, sem representação, anterior à cultura. Essa natureza sem representação possui algum registro no homem? Ferenczi, por exemplo, defende o ponto de vista de que o trauma inclui uma dimensão real irrepresentável (Ferenczi, 1988). Lacan, também, ao conceber o Real – o que resiste a qualquer representação –, está propondo uma dimensão psíquica independente da representação. A inscrição dessa dimensão dar-se-ia justamente com a catástrofe que produz o primeiro movimento áutico da libido. Como o primata é ser da natureza, esta é seu ambiente. A catástrofe produz um desligamento do ambiente e um retorno da libido para o corpo do primata, trazendo consigo a imagem primitiva que inclui a natureza. É essa imagem primitiva que permite a Freud dizer que o homem busca sempre o estado nirvânico que prescinde de representação. É, também, essa condição que permite dizer-se que o aparelho psíquico, sendo organização narcísica do vazio, é Real.

É essa identificação primitiva com a natureza irrepresentável que encontra, no autismo, um importante e complexo testemunho da nature-

za psicopatológica filogenética do humano. O autismo não faz parte explícita das psiconeuroses nem, muito menos, das neuroses de transferência na grande teoria psicopatológica da humanidade desenvolvida por Freud (Freud, 1987).

Entretanto, a partir de Bleuler, que sugeriu o termo “autismo” por subtração de eros da expressão aut(ero)tismo, e de Kanner (1997), além de numerosas pesquisas contemporâneas sobre o assunto, fica-se com a conclusão, mesmo provisória, de que o autismo é uma doença em que o humano parece não ser capaz de ultrapassar a natureza em direção à cultura. O autismo seria, então, manifestação cultural da natureza anterior à catástrofe – um mundo silencioso, sem palavra, sem ruído e equilibrado, com movimentos repetitivos e padronizados representando a regularidade lá existente, incorporado no corpo do humano como paradigma do aparelho psíquico. A ecolalia, característica do autismo, daria testemunho da existência de uma ressonância própria de uma organização do vazio em que o som das palavras não encontra Eros, mas encontra Eco, já que o primeiro só existe no âmbito do humano.

Em outras palavras, a questão central que se põe na concepção de um aparelho psíquico primitivo é a da passagem da presença de Eco para a de Eros, ou seja, do exercício da função materna, da constituição do objeto *a*, causa do desejo, no corpo do animal, transformando-o em humano. Na catástrofe glacial, muitos primatas desapareceram porque não foram capazes de se proteger tanto do ambiente hostil quanto do terror, da dor e da depressão provocados pela perda de contato com o objeto de satisfação e da regularidade sexual. Na verdade, a catástrofe introduz o desamparo e a insuficiência imunológica no próprio psiquismo,

pois este incorpora a catástrofe no movimento narcisista primitivo (Berlinck, 1999a; Pereira, 1999). Eros, por sua vez, é uma propriedade que se acrescenta à libido, constituindo a pulsão de vida e a pulsão de morte; a primeira, estando sob o domínio de Eros, estabelece ligações, e a segunda, estando sob o domínio de Tânatos, realiza silenciosamente desligamentos. Eros estabelece laços, realiza ligações. Para que a pulsão seja erótica, é necessário que esta força impelente adquira a propriedade de se enlaçar, e isso só é possível a partir de um estado em que há alucinação de objetos sucedâneos do primitivo objeto de satisfação (Berlinck & Fédida, 1999). No autismo há auto-erotismo, mas não há Eros; a pulsão não se enlaça com objetos constituindo representações. O autismo é, assim, um auto-erotismo sem Eros próprio do aparelho psíquico. Não se trata, porém, no autismo, de um trabalho de Tânatos. A pulsão de morte também não se manifesta, pois, assim como não há Eros, também não há Tânatos. Pulsão de vida e pulsão de morte são criaturas da função materna que produz poder no corpo. É graças à ausência de Eros que os autistas freqüentemente apresentam graves deficiências sensoriais, como cegueira e surdez, descritas por Atem (1998). A sensorialidade constitui o recurso mais primitivo e fundamental do humano para estabelecer ligações. Sem a presença de Eros, os órgãos sensoriais – olhos, ouvidos, língua, etc. – dos humanos perdem função e tornam-se deficientes. Se antes da catástrofe eles funcionavam como em qualquer animal, na condição humana necessitam de Eros para funcionar.

Se Eros está ausente no auto-erotismo do autista, é necessário, então, compreender melhor essa manifestação psíquica. Mais uma vez, é Fédida que contribui para isso quando escreve:

“Cunhada por Havelock Ellis e retomada não sem reservas por Freud, a expressão ‘auto-erotismo’ (*autoerotismus*) – composta de auto e de eros, num desconhecimento bastante generalizado do poder adquirido pelos dois termos quando postos lado a lado – traz em si própria a distinção entre o que pode ser concebido como *autos* e o que se reflete somente pelo *selbst* (autoconservação = *Selbst-Erhaltung*, auto-análise = *Selbst-Analyse*). A fórmula bleuleriana (O autismo é o auto-erotismo sem o eros) pode então ser tomada como uma definição, caso seja compreendida como a expressão de uma redução deduzida ou até mesmo como uma espécie de ato de *epoché* no qual o auto-erotismo apóia-se na constituição natural do sujeito, produzindo, por meio dessa operação, a designação de um estado psicopatológico de desinvestimento, de perda, de privação.

... O que parece interessar Bleuler é a função reguladora da afetividade no decurso da vida psíquica, e mais particularmente seu papel nos processos associativo-ideativos. Qualquer alteração dessa regulação provoca, em nível secundário, uma sintomatologia caracterizada pelo desinvestimento em relação ao mundo exterior, desinteresse pelos outros e isolamento psíquico em um mundo de devaneio, de fantasias e de sonhos, regulado pelos mecanismos da regressão assimiláveis às operações de condensação e de deslocamento descritas por Freud na *Interpretação dos sonhos*.

Na realidade, não é tão fácil assim apreender os dados da psicopatologia bleuleriana. De um certo ponto de vista, o autismo é sem dúvida uma entidade simples, o *Defekt* que o caracteriza sendo deduzido de uma desregulação do afeto, incapaz de irrigar o conjunto da vida psíquica. A caracterização patognômica do signo maior do autismo

já é a de uma espécie de bolsa, esvaziada de qualquer alimentação e que se forma pelo bloqueio das trocas com o mundo exterior. Mas – à maneira de Freud, em 1911, ao comparar o autista a um ovo protegido em sua conservação auto-alimentar e nutrindo-se sozinho – Bleuler aproxima-se da concepção de subtração de eros como geradora de uma auto-suficiência, e não como uma não-vida ou simplesmente uma diminuição de vida. A capacidade autárquica de conservação do autismo faria, em última análise, que a autoconservação se conformasse, por falta de algo melhor, ao auto-erotismo. É possível lançar a idéia de que tudo teria acontecido como se o autismo ocorresse na qualidade de um avatar da perda do objeto de autoconservação (o seio materno nutridor) e fosse uma espécie de reviravolta autonutridora do auto-erotismo em direção ao corpo próprio. Em suma, o autismo realizaria a ficção de um consumo automantido de si (e do outro de si) ali onde o abandono do objeto externo que nutre deveria ter permitido a produção auto-erótica de formas sexuais (pensamento, fantasia, sensações, ação, fala) a partir de um prazer de órgão. Se esta hipótese tiver qualquer chance de validade, deve-se então afirmar que o autismo é uma mimética negativa auto-erótica da autoconservação. Para Bleuler, de qualquer forma, o que caracteriza o autismo não é absolutamente a desvitalização, mas uma regressão tópica do corpo e da vida psíquica – em estado de vigília – exatamente da maneira que normalmente ocorre através do sonho durante o sono. O isolamento sensorial, o estado de ‘desaferentação’ e a imobilidade corporal constituem uma notável economia de energia, funcionando como abrigo contra um exterior considerado traumático. A questão que se põe nesse momento é a de se saber se

uma vida psíquica poderia alimentar-se de forma puramente endógena, por meio de produções ideativas, sejam elas de destruição-consumo do corpo pelo pensamento, sem recorrer a nada de exterior” (pp.158-60).

O que, então, caracteriza o autismo não é a ausência de uma organização narcisista do vazio, a falta de psiquismo, nem a capacidade que essa organização possui de ecoar, de se submeter aos desígnios de Eco, nem mesmo a de produzir transferência libidinal para outros objetos, mas a impossibilidade que a libido enfrenta para se estabelecer como poder, como pulsão realizando ligações com os objetos para os quais se transferiu. Ainda que haja transferência – e essa é a possibilidade psicoterapêutica do autismo –, a libido, por não ser pulsional, ou seja, erótica, não estabelece ligações. Trata-se, então, de uma transferência autista em que um interlocutor não se estabelece (Berlinck, 1995; Féclida, 1992). É essa peculiaridade libidinal do autista que solicita alguns requisitos específicos no seu tratamento psicoterapêutico. A clínica do autismo é muito bem tratada em Laznik-Penot (1997) e em Rocha (1997). É interessante ressaltar, entretanto, a dificuldade que o psicoterapeuta enfrenta para reconhecer a libido auto-erótica sem Eros do paciente, reconhecimento necessário para a introdução de Eros e para a transformação que visa alcançar a manifestação erótica por meio da constituição da pulsão. No tratamento do autismo, o psicoterapeuta ocupa posição em que não é possível perceber qualquer tentativa de ligação do paciente. Ao contrário, o que é percebido pelo psicoterapeuta é sua própria repetida e prolongada manifestação erótica nem tanto no âmbito da palavra, mas do corpo. É conhecido o desamparo e a solidão em que o psicoterapeuta é lançado no tratamento com autistas. Além disso, ele experimenta, também, na transferência, graves deficiências sensoriais que impedem a realização de ligações com seu paciente. Laznik-Penot (1997) recomenda que o tratamento com autistas seja realizado por dois terapeutas concomitantemente. Enquanto um ocupa a posição de objeto da transferência, o outro ocupa o lugar de observador, evitando, assim, a deficiência sensorial que lhe permite notar os movimentos libidinais no paciente que não se ligam ao terapeuta. Um outro recurso que pode ser utilizado nesse caso é o da gravação das sessões em vídeo. É sabido que, quando isso ocorre e o psicoterapeuta assiste ao vídeo, percebe uma série de manifestações transferenciais do paciente que não foram percebidas durante a sessão, porque simplesmente não estabelecem ligações. Mira Wajntal, num artigo em que relata fragmentos de casos, argumenta pertinentemente que, no tratamento do autismo, o sonho do psicoterapeuta é o melhor remédio para se introduzir a palavra na sua ausência. Na clínica do autismo é necessário, então, que o psicoterapeuta introduza Eros no corpo do paciente emprestando a ele seu próprio erotismo, ou seja, é necessário que o psicoterapeuta realize, em ato, no tratamento, a função materna que permite a pas-

sagem da libido para as pulsões de vida e de morte, para Eros e Tânatos, e, é bom que se diga, isso só ocorre pela palavra psicoterapêutica do psicanalista (Wajntal, 2000).

Finalmente, esta concepção do autismo permite pensar na possibilidade de uma clínica psicoterapêutica pseudoprofilática fundada no diagnóstico precoce, realizado na observação de bebês. O auto-erotismo sem Eros produz movimentos característicos no corpo, na fase anterior ao estágio do espelho. Esses movimentos podem ser descritos detalhadamente por meio de pesquisa clínica, e intervenções psicoterapêuticas podem ser realizadas visando a introdução de Eros na pulsão, ou seja, no corpo do recém-nascido. Formar-se-ia, desta forma, um corpo erógeno que livraria o bebê de seu autismo. Mas esta é, certamente, uma clínica para o próximo milênio. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atem, L. M. (1998). Autismo e defesa primária: questões sobre o sujeito e a transferência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Vol. I, nº 1, março, pp.77-85.
- Aulagnier, P. (1991). Observações sobre a estrutura psicótica. In C. S. Katz (org.). *Psicose uma leitura psicanalítica*. São Paulo, Escuta, 1991.
- Berlinck, M. T. (1995). Função e campo da transferência na psicanálise. *Boletim de Novidades da Livraria Pulsional*, ano VIII, nº 72, abril, pp.11-23.
- (1999a). Catástrofe e representação. Notas para uma teoria geral da psicopatologia fundamental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Vol. II, nº 1, março, pp.9-34.
- (1999b). A dor. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Vol. II, nº 3, setembro, pp.46-58.
- Berlinck, M. T. & Fédida, P. (1999). *Depressão*. inédito.
- Bucher, R. (1979). *Depressão e melancolia. Estrutura e classificação dos estados depressivos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Fédida, P. (1992). Auto-erotismo e autismo: condições de eficácia de um paradigma em psicopatologia. In *Nome, figura e memória. A linguagem na situação psicanalítica* (M. Gambini e C. Berliner, trads.; L. C. Menezes, org. e apres.). São Paulo, SP: Escuta, pp.149-70.
- Ferenczi, S. (1988). *Escritos psicanalíticos 1909-1933* (J. Bastos e A. Telles, trads.; J. Birman, org. e int.). Rio de Janeiro, RJ: Taurus.
- (1990). *Thalassa. Ensaio sobre a teoria da genitalidade* (Á. Cabral, trad.; C. Berliner, rev. téc.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Fraguas, V. (1999). *As vicissitudes da aquisição da fala e da constituição do psiquismo: um estudo sobre a questão do autismo*. São Paulo, SP: Projeto de pesquisa para dissertação de mestrado.
- Freud, S. (1987). *Neuroses de transferência: uma síntese* (A. Eksteman, trad.; Ilse Grubrich-Simitis, notas e ensaio compl.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.

- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte* (C. Berliner, trad.). São Paulo, SP: Escuta.
- Hanns, L. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Kanner, L. (1997). Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In P. S. Rocha (org.). *Autismos*. São Paulo, SP: Escuta.
- Lacan, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad.; A. Quinet e A. Harari, ver. téc.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, pp.96-103.
- Laznik-Penot, M. (1997). *Rumo à palavra. Três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo, SP: Escuta.
- Leclaire, S. (1991). Em busca dos princípios para uma psicoterapia das psicoses. In C. S. Katz (org.). *Psicose uma leitura psicanalítica*. São Paulo, SP: Escuta.
- (1992). *O corpo erógeno. Uma introdução ao complexo de Édipo*. São Paulo, SP: Escuta.
- Magalhães, C. (1985). Narcisismo primário e o desejo. In Berlinck, M. T. (org.). *O desejo na psicanálise*. Campinas, SP: Papirus, pp.27-44.
- Nestrovski, A. (org.) (2000). *Catástrofe e representação*. São Paulo, SP: Escuta.
- Pereira, M. E. C. (1999). *Pânico e desamparo*. São Paulo, SP: Escuta.
- Rocha, P. S. (org.) (1997). *Autismos*. São Paulo, SP: Escuta.
- Rosolato, G. (1999). *A força do desejo. O âmago da psicanálise* (P. Abreu, trad.; M. A. C. Jorge, ver. téc.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Silva, A. R. R. da (1997). O mito individual do autista. In P. S. Rocha (org.). *Autismos*. São Paulo, SP: Escuta, pp.27-38.
- Tustin, F. (1995). A perpetuação de um erro. *Letra Freudiana*, ano XIV, nº 14, pp.63-79.
- Wajntal, M. (2000). O sonho do analista. Como se fala com crianças autistas? *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XIII, nº 130, fevereiro.

NOTA

¹ Este trabalho é dedicado a Lou Muniz Atem, Veridiana Fráguas, Antonio Ricardo Rodrigues da Silva e Mira Wajntal, que, sendo pesquisadores do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ensinaram-me a pensar o autismo. Ele contou, também, com a leitura crítica atenciosa e generosa de Maria Elisa de Abreu Pessoa Labaki, Marciela Henkel, do dr. Daniel Delouya, da dra. Ivanise Fontes e da profa. dra. Mônica G. T. do Amaral, colegas pesquisadores do Laboratório, a quem agradeço as observações e sugestões.

Recebido em 10/99